

br: 12

Saral

~~J. L. L.~~

JL

Relatório & Contas
minhocom, gestão de infraestruturas
de telecomunicações, eim
31 de dezembro de 2019

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	18
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	21
4. PERSPETIVAS FUTURAS	21
5. AÇÕES PRÓPRIAS	22
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	22
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	22
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	22
10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	23
11. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
12. NOTA FINAL	24
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	26
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	27
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	28
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2019	29
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018	30
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	31
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	32
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	55
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2019.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

A atividade económica mundial desacelerou durante o período de 2019. A redução do ritmo de expansão da economia mundial observada ao longo de 2019, afetou em particular os setores mais expostos ao comércio internacional. Num quadro de tensões comerciais e de elevada incerteza política e económica, a atividade na indústria transformadora abrandou de uma forma generalizada, mas o crescimento da atividade no setor dos serviços manteve-se resiliente. O abrandamento do Produto Interno Bruto (PIB) foi generalizado em termos geográficos, afetando as economias avançadas e, de forma mais pronunciada, as economias de mercados emergentes. A evolução do PIB mundial deverá reduzir de 3,6% em 2018 para 2,7% em 2019, uma das taxas de crescimento mais baixas desde a crise financeira internacional. A situação no mercado de trabalho permaneceu relativamente benigna e as condições financeiras continuaram favoráveis, beneficiando de uma orientação mais acomodatória da política monetária por parte dos principais bancos centrais nas economias avançadas.

O comércio mundial de bens desacelerou de forma mais marcada do que a atividade económica. As tensões comerciais a nível global aumentaram substancialmente em 2019, refletindo as medidas protecionistas anunciadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e as retaliações por parte dos seus parceiros comerciais, pelo que apresentam um risco assinalável para a evolução do comércio internacional e da atividade mundial. Por um lado, permanece a ameaça de uma intensificação das tensões comerciais entre EUA e a China. Por outro lado, acresce a incerteza em relação às consequências da saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Esta incerteza tem condicionado as decisões de longo prazo dos agentes económicos, com reflexo no investimento.

Nos EUA, o PIB manteve um ritmo de crescimento robusto em 2019 (2,1% no conjunto do ano), embora abaixo do registado no decurso de 2018 (2,9%). Depois de alguma perturbação no início do ano resultante do encerramento dos

Handwritten signatures and initials: "Hen", "17. br:", "SeraT"

serviços públicos e da deterioração da confiança dos consumidores, o consumo privado sustentou o crescimento da atividade, num contexto de evolução positiva no mercado de trabalho. No entanto, o crescimento económico tem sido afetado pelo aumento de tarifas com a China e pelo clima de incerteza criado pela possibilidade de medidas protecionistas adicionais.

Handwritten signature

A atividade económica no Reino Unido, o principal parceiro comercial português fora da Área do Euro, registou alguma volatilidade no decurso de 2019. O crescimento tem-se mantido relativamente fraco desde 2018, afetado pela incerteza crescente durante o processo de saída da UE e pela desaceleração da procura mundial. A situação no mercado de trabalho continuou favorável e o crescimento dos salários manteve-se relativamente forte. As perspetivas para o Reino Unido dependem crucialmente da evolução do período de transição após a saída da UE. Nos últimos meses de 2019, dada a incerteza de uma saída sem acordo da UE, contribuiu para uma acentuada depreciação da taxa de câmbio da libra esterlina. No que se refere às economias dos mercados emergentes com maior importância no comércio externo português, destaca-se a gradual desaceleração da economia chinesa (6,2% face a 6,4% no final de 2018). No Brasil a atividade económica continuou a ser afetada pela incerteza quanto à política económica, pelo que o crescimento do PIB manteve-se fraco no período de 2019.

O ritmo de expansão da atividade na Área do Euro abrandou face ao crescimento verificado em 2018. A divergência entre os setores da indústria e dos serviços tem sido evidente na Área do Euro. O ritmo de crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) na indústria diminuiu significativamente desde o início de 2018, enquanto nos serviços se tem mantido num nível sustentado. Na ótica da despesa, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB manteve-se estável, enquanto o contributo das exportações líquidas foi fraco.

Indicadores Macroeconómicos	2017	2018	2019 ^(e)
PIB:			
EUA	2,2	2,9	2,1
UNIÃO EUROPEIA	2,4	2,0	1,4
ÁREA EURO	2,4	1,9	1,2
JAPÃO	1,7	0,3	1,9

Fonte: GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

O crescimento do emprego na Área do Euro permaneceu robusto e a taxa de desemprego diminuiu para um nível próximo dos mínimos históricos (7,5% em dezembro de 2019). A persistência de uma situação desfavorável no setor industrial pode vir a afetar o mercado de trabalho e constitui um risco descendente para a procura interna e para a atividade no setor dos serviços. A evolução da atividade económica foi diferenciada nas quatro maiores economias da Área do Euro. O crescimento do PIB em termos homólogos permaneceu fraco na Alemanha e em Itália, enquanto em França e Espanha foi mais acentuado. Na economia alemã, a desaceleração relaciona-se essencialmente com o abrandamento da atividade nas indústrias exportadoras. Em Itália, o PIB permaneceu praticamente estagnado no período de 2019, refletindo também a fraqueza da produção industrial e das tensões comerciais a nível global. Em França, depois da desaceleração registada em 2018, o crescimento da atividade aumentou ligeiramente, suportado pelo dinamismo da procura interna e pela recuperação do emprego e produção industrial. Em Espanha, apesar de um desempenho relativamente fraco das exportações, a atividade económica beneficiou do dinamismo da procura interna, num contexto de melhoria contínua da situação financeira das empresas e das famílias.

A inflação na Área do Euro diminuiu face ao final de 2018 (de 1,8% para 1,0% no final de 2019). A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) diminuiu ao longo de 2019, situando-se em 1% em novembro. Esta evolução refletiu principalmente a evolução dos preços dos bens energéticos e, em menor grau, dos bens alimentares. Os custos unitários de trabalho na Área do Euro cresceram 2,2%, mas tais aumentos têm-se transmitido de forma limitada à inflação.

Indicadores Macroeconómicos	2017	2018	2019 ^(e)
Inflação:			
EUA	2,1	2,4	2,1
UNIÃO EUROPEIA	1,7	1,9	1,3
ÁREA EURO	1,5	1,8	1,0
JAPÃO	0,5	1,0	0,5
Taxa de Desemprego:			
EUA	4,4	3,9	3,5
UNIÃO EUROPEIA	7,6	6,9	6,3
ÁREA EURO	9,1	8,2	7,5
JAPÃO	2,8	2,4	2,2
Índice de Produção Industrial:			
EUA	1,6	4,0	-0,8
UNIÃO EUROPEIA	3,2	1,2	-1,8
ÁREA EURO	2,9	0,9	-2,4
JAPÃO	4,5	1,0	-6,6

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

O preço internacional do petróleo em 2019 foi condicionado principalmente por restrições do lado da oferta, apresentando uma trajetória ascendente até meados de maio. Entre maio e junho, as perspectivas menos favoráveis para a economia global e o contexto de elevada incerteza motivaram uma revisão em baixa da procura de petróleo e contribuíram para uma correção parcial nos preços. O agravamento das tensões comerciais entre EUA e China contribuíram para nova queda dos preços do petróleo. Contudo, em dezembro de 2019, o preço do petróleo *Brent* subiu para 64USD/barril (aproximadamente 58 EUR/barril), causado sobretudo pelo aumento dos cortes de produção em mais de 500 mil barris/diários a partir de janeiro de 2020, decidido na reunião da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e seus aliados.

Matérias-primas	2017	2018	2019
Petróleo Brent USD/Barril (1)	54,8	71,5	64,0

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD

No mercado cambial, o euro manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, em termos nominais efetivos (depreciação de cerca de 0,7%). O dólar apreciou cerca de 2%, influenciado em grande medida por movimentos de maior aversão ao risco. Em sentido inverso, a libra esterlina depreciou cerca de 2%, influenciada pela evolução do processo político no Reino Unido e pela perspectiva de uma saída da UE sem acordo.

Divisas	2017	2018	2019
EUR/USD	1,199	1,145	1,123
EUR/JPY	135,01	125,85	121,94
EUR/GBP	0,887	0,895	0,851
EUR/CHF	1,170	1,127	1,085

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

As taxas de juro de curto prazo estabilizaram, tanto nos EUA como na Área do Euro, para se situarem, em média, em 1,9% e -0,4%, respetivamente. As taxas de juro de curto prazo da Área do Euro deverão manter-se em níveis historicamente baixos nos próximos 2 anos, num contexto de uma orientação fortemente acomodatória da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). As taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a Área do Euro. Entretanto, em dezembro de 2019, a Reserva Federal dos EUA decidiu manter as taxas de juro federais (entre 1,5% e 1,75%) e sugeriu mantê-las inalteradas até 2021. No mesmo mês, o BCE reafirmou a necessidade de manter as condições financeiras favoráveis durante um longo período de tempo. Assim, no final de dezembro de 2019, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,38%, -0,32% e -0,25%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo diminuíram para 1,9% no final de 2019.

Taxas de Juro Referência	2017	2018	2019
Área do Euro	0,00	0,00	0,00
EUA	1,25 a 1,50	2,25 a 2,50	1,50 a 1,75
Japão	-0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,50	0,75	0,75

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período


Taxas de Juro Mercado Monetário	2017	2018	2019
Zona Euro			
Eonia	-0,35	-0,36	-0,45
Euríbor 1 mês	-0,37	-0,36	-0,44
Euríbor 3 meses	-0,33	-0,31	-0,38
Euríbor 6 meses	-0,27	-0,24	-0,32
Euríbor 12 meses	-0,19	-0,12	-0,25
EUA			
Libor 3 meses	1,69	2,81	1,90
Japão			
Libor 3 meses	-0,02	-0,07	-0,05

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

A recuperação nos mercados financeiros internacionais foi perturbada episodicamente pela intensificação das tensões comerciais, que provocaram uma deterioração do sentimento nos mercados financeiros e conduziram a movimentos motivados por maior aversão ao risco. Contudo, estas perturbações foram mitigadas a partir de junho, influenciadas pelo reforço das expectativas de descida das taxas de juro pela Reserva Federal dos EUA e pela expectativa de decisões adicionais de acomodação monetária na Área do Euro.

Os principais índices acionistas registaram uma valorização desde finais de 2018 até ao final de agosto. As valorizações mais significativas ocorreram nos EUA e na Área do Euro (cerca de 17% e 13%, respetivamente). As taxas de juro da dívida pública nas principais economias avançadas diminuíram para níveis bastante baixos. Na Área do Euro, as taxas de juro de dívida pública encontram-se em mínimos históricos. A taxa de rendibilidade da dívida pública a 10 anos na Área do Euro era negativa no final de agosto e verificou-se um estreitamento dos diferenciais da dívida pública de alguns países da Área do Euro face à dívida alemã.

No atual ciclo de crescimento da economia mundial, existem fatores de risco que podem afetar as projeções para os próximos anos. Os principais fatores de risco identificados para a atividade económica decorrem de um enquadramento internacional menos favorável, com potenciais efeitos negativos a nível mundial. De entre os riscos descendentes para a atividade destaca-se a possibilidade de uma intensificação das barreiras comerciais resultantes das tensões entre a China e os Estados Unidos e a possibilidade de alargamento destas barreiras a outros países e setores, por exemplo

novas tarifas sobre automóveis oriundos da União Europeia. O risco de uma saída sem acordo do Reino Unido da União Europeia permanece, com potenciais efeitos negativos via canais de comércio, financeiros e de confiança sobre os outros países da UE. Adicionalmente, persiste o risco de um agravamento das tensões geopolíticas, em particular no Médio Oriente e especialmente entre os EUA e o Irão. Os riscos identificados podem interagir e, em caso de materialização, poderão reforçar-se mutuamente.



1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa continuou em expansão em 2019 pelo sexto ano consecutivo, embora a um ritmo inferior ao observado no passado recente. Após um crescimento real de 2,4% em 2018, o PIB deverá crescer 2,0% no conjunto do ano de 2019. Este crescimento é superior em 0,8 p.p. ao projetado pelo BCE para a Área do Euro. O abrandamento da atividade económica em Portugal reflete a evolução da procura externa, num contexto em que o crescimento da procura interna se manteve globalmente estável. O arrefecimento da procura externa foi determinado pela desaceleração da atividade económica e do comércio mundial, num enquadramento externo marcado pelo aumento da incerteza e do protecionismo. As exportações registaram um crescimento inferior ao observado em anos anteriores, contudo voltaram a registar ganhos de quota de mercado, associados à evolução particularmente positiva das exportações de automóveis e do turismo. Por seu turno, as importações registaram um crescimento superior ao das exportações, o que se traduziu numa deterioração do saldo da balança de bens e serviços.

Apesar do enquadramento macroeconómico internacional criar alguma incerteza quanto à evolução futura da economia portuguesa, as condições monetárias e financeiras a nível internacional permanecem favoráveis, traduzindo-se em custos de financiamento historicamente baixos. O BCE reforçou o compromisso de manutenção de taxas de juro em níveis reduzidos nos próximos anos, tendo adotado um vasto conjunto de medidas de estímulo monetário em setembro de 2019. Este enquadramento tem-se repercutido em taxas de juro muito baixas no mercado de crédito. Consequentemente, os níveis de endividamento nos setores público e privado, em Portugal, continuam a posicionar-se entre os mais elevados da União Europeia. Este contexto coloca limites incontornáveis à capacidade de atuação da política monetária e da política orçamental.

O abrandamento do PIB face ao ano de 2018 (de 2,4% em 2018 para 2,0% em 2019) reflete o menor contributo das exportações, que se reduz para os 2,4%. A procura interna manteve-se estável face ao período homólogo, conjugando um abrandamento do consumo privado e público com uma forte aceleração do investimento. A evolução do investimento teve subjacente um importante contributo das componentes associadas a máquinas e equipamentos e ao setor da construção.

O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá aumentar 6,1% em 2019, após ter crescido 5,8% em 2018. A aceleração no conjunto do ano reflete o comportamento da componente da construção. O dinamismo elevado

desta componente está influenciado pela execução de alguns projetos de infraestruturas de grande dimensão, associados a investimento público e beneficiando de financiamento europeu. Adicionalmente, o investimento residencial deverá continuar a apresentar um crescimento robusto, beneficiando da manutenção de condições de financiamento favoráveis, da evolução do rendimento disponível das famílias e da procura relacionada com as atividades de turismo e por parte de não residentes.

Indicadores Macroeconómicos	2017	2018	2019 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,3	3,1	2,4
- Consumo Público	0,2	0,9	0,8
- FBCF	9,2	5,8	6,1
- Exportações	7,8	3,8	2,4
- Importações	8,1	5,8	5,9
- PIBpm	2,8	2,4	2,0
Inflação	1,6	1,2	0,4
Índice de Produção Industrial - IT	3,9	-0,4	-0,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	6,3	5,3	-0,9
Índice PSI 20	15,2	-12,2	10,2
Taxa de Desemprego	8,9	7,0	6,4

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

O crescimento da economia portuguesa ao longo dos últimos anos tem-se refletido numa melhoria dos principais indicadores do mercado de trabalho. O emprego continuou a crescer em 2019, mas a um ritmo menor (0,9% que compara com 2,3% em 2018). A taxa de desemprego continuou a diminuir, deverá reduzir para 6,4%, prolongando a trajetória de descida observada desde 2013 e situando-se num nível inferior à observada na Área do Euro. Os salários nominais deverão acelerar num contexto de redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho. Esta evolução reflete igualmente a atualização do salário mínimo e o descongelamento gradual das progressões salariais na Administração Pública. Não obstante, num contexto de menores pressões inflacionistas externas, a inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, diminui para 0,4% em 2019, valor inferior em 0,8 p.p. ao de 2018 e inferior aos observados na Área do Euro.

Adicionalmente, a desaceleração projetada do PIB é o resultado de um processo de maturação do ciclo económico, observado igualmente nas outras economias avançadas, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia. Sobre este continuam a pesar constrangimentos estruturais, como uma evolução demográfica adversa e dimensões que condicionam o crescimento da produtividade por trabalhador, em particular níveis ainda baixos de capital físico e humano por trabalhador. Estes constrangimentos estruturais devem constituir os principais eixos de ação da política económica, considerando não apenas a quantidade mas também a qualidade dos fatores. Neste quadro, merecem destaque as medidas que promovam a produtividade. Num contexto de limitações ao aumento da oferta de trabalho, a produtividade torna-se o fator crucial de crescimento da economia



12.
h.i.
Savat

portuguesa e da sua resiliência face aos desafios da próxima década, onde se incluem também a rápida transformação tecnológica em curso e a sustentabilidade ambiental.

Em termos globais, a atual conjuntura de crescimento económico da economia portuguesa insere-se num contexto de deterioração do enquadramento internacional e de elevada incerteza. Tal implica que este momento deve ser entendido como uma janela de oportunidade para reforçar políticas e reformas estruturais que contribuam para a correção de algumas das principais debilidades da economia portuguesa. Os progressos em termos de capital humano, capital por trabalhador e enquadramento institucional são cruciais para promover uma retoma duradoura e expressiva da convergência dos níveis de rendimento dos portugueses para a média europeia, mas também para assegurar a resiliência e reduzir a exposição e vulnerabilidade da economia a riscos externos.



1.2.1 O setor das telecomunicações

O ano de 2019 foi mais um ano de enormes mudanças no setor, tanto ao nível nacional como ao nível global. Essas mudanças têm sido principalmente fomentadas pelas vendas de ativos, as tensões geopolíticas e as evoluções tecnológicas e regulatórias.

Ao nível internacional, o panorama do setor no ano transato ficou caracterizado da seguinte forma:

- ✓ O ano de 2019 começou com 22,000 milhões de dispositivos ligados à Internet, de acordo com a consultora *Strategy Analytics*. Isto representa, em média, três dispositivos por cada habitante do planeta. O crescimento deste número é consequência do aumento dos objetos ligados através da IoT (*Internet of Things*). A *LoRa Alliance* anunciou que já existem em operação mais de 100 operadores no mundo a utilizar esta tecnologia, com crescimentos anuais de 50%. O aumento de dispositivos conectados a través de outras tecnologias de IoT também aumentou, com a Altice França, por exemplo, a instalar, no ano de 2019, 18.000 estações NB-IoT junto às suas antenas de serviços móveis 4G. Nessa tecnologia, de acordo com a empresa consultora *Gartner*, a Vodafone continuou em 2019 a ser o líder mundial com 77 milhões de ligações entre máquinas;
- ✓ Ainda no âmbito das tecnologias móveis, o 5G foi indiscutivelmente o protagonista tecnológico do ano. No início do ano foi apresentado o primeiro *chipset* para telemóveis 5G NSA, o Snapdagon X55, com velocidades de até 7 Gbps. No final do exercício, existiam 60 operações comerciais no mundo com perto de 7 milhões de clientes. O leilão de frequências iniciou em vários países, atingindo na Alemanha um valor record de €5.4b, muito superior às expectativas dos analistas. A China acabou o ano a ocupar a liderança mundial com perto de 150,000 estações 5G já instaladas e anunciou o fecho do 3G, tecnologia mais antiga, já em 2020. Atendendo aos custos elevados de construção destas redes, que requerem coberturas reforçadas em relação às redes atuais, muitos operadores decidiram fazer acordos de partilha, como a O2 e a Vodafone no Reino Unido ou a Orange e a Vodafone em Espanha;

12
bi-
saraT

- ✓ Outra das tecnologias com desenvolvimentos muito significativos em 2019 foram as comunicações por satélite, com a entrada em operação dos serviços de banda larga e IoT da *Iridium Certus* através de satélites LEO de baixa órbita. Também foi anunciado o lançamento de milhares de novos satélites de pequena dimensão (nano satélites) por parte da Starlink de Elon Musk, o fundador da SpaceX;
- ✓ Num âmbito tecnológico mais próximo da minhocom, o ano de 2019 continuou a instalação massiva de redes fibra ótica em todas as geografias. Nos EUA, por exemplo, o regulador setorial FCC dotou com \$20,4b o *US Rural Digital Opportunity Fund* e para acelerar o desenvolvimento das redes rurais nesse país;
- ✓ No âmbito corporativo, os operadores de telecomunicações aceleraram em 2019 a alienação de ativos de rede, principalmente torres e fibras óticas, com o objetivo de diminuir o nível de endividamento e ganhar flexibilidade para investir em novas tecnologias, como o 5G. Nesse sentido, destacam-se pela sua importância estratégica e o seu valor as vendas efetuadas pela Altice em França (49,99% da participação na Hivory, detentora de 10,000 torres, à KKR; e 49,99% da rede FTTH da SFR à Omers Infrastructure, Allianz CP e Axa IMRA por €1.7b). A Altice também vendeu em Portugal o remanescente 25% da Omtel à Cellnex, por €200m; e 49,99% da rede de fibra ótica à *Morgan Stanley Infrastructure* por €2.3b, tratando-se da primeira venda da rede de um operador incumbente. A Telefonica vendeu os seus centros de dados a Asterion por €550m. Mas, neste âmbito, a Cellnex acabou por ser o operador mais ativo em 2019, investindo mais de €6,000m em sete operações diferentes, incluindo a compra de 100% da Omtel, detentora das 3,000 torres utilizadas pela Altice;
- ✓ Os fundos de investimento têm continuado a lançar novos fundos e protagonizar megaoperações de aquisição de operadores de telecomunicações, sendo a compra da Zayo pela Digital Colony e pela EQT, por um valor de \$14.3b, a operação mais significativa do ano; e
- ✓ No plano geopolítico, o Governo dos EUA proibiu às empresas americanas fazer negócios com a Huawei, o que teve um enorme impacto no setor. Na Europa, por exemplo, 35% de todas as redes móveis incorporam equipamentos da Huawei. Adicionalmente, a FCC, o regulador americano das comunicações, denegou a licença de operação nos EUA à China Mobile, o maior operador chinês. Como consequência da pressão americana, um número crescente de operadores e de países decidiram prescindir dos equipamentos chineses, quer nas redes 4G atuais, como foi o caso da Softbank no Japão ou da BT no Reino Unido, quer nos projetos das redes 5G. Apesar desta pressão, a Huawei conseguiu assinar acordos com 28 operadores Europeus para o desenvolvimento de redes 5G, também em Portugal.

A nível europeu, destacaram os seguintes acontecimentos:

- ✓ A Comissão Europeia aprovou mecanismos de aceleração da adoção dos serviços de banda larga na Europa com o objetivo de cumprir a Agenda Digital 2020 e fomentar a *Gigabit Society*. Na atualidade, só um em cada cinco lares estão ligados com serviços de, no mínimo, 100Mbps. Entre esses mecanismos destaca a aprovação de vouchers para subsidiar a contratação de serviços de 100 Mbps na Grécia; e o programa

WIFI4EU, que atribuiu, em 2019, 3.400 vouchers no valor de €15,000 para subsidiar parte do custo de instalação de redes municipais WiFi em toda a Europa;

- ✓ A Comissão Europeia confirmou a harmonização da terceira banda para o 5G nos 26 GHz, com condições homogêneas para todos os países que deverão ser concretizadas em 2020;
- ✓ O Parlamento Europeu revogou a escolha inicial da Comissão relativa à tecnologia para o carro conectado, que recaiu inicialmente no CITS (suportada em protocolos WiFi) e mudou para CV2X, baseada no 5G;
- ✓ Os reguladores continuaram com o esforço para garantir a abertura das redes de comunicações a todos os operadores, com independência das tecnologias envolvidas. Na Holanda, o regulador obrigou a Ziggo, operador de serviços de banda larga sobre cabo coaxial, a facilitar o acesso do resto operadores à sua rede;
- ✓ Os operadores históricos Europeus aceleraram, de forma generalizada, os projetos para substituir totalmente as tecnologias mais antigas por redes de nova geração. Assim, a Telefonica anunciou a finalização do processo de desinstalação de todas as redes e centrais de cobre de Espanha em 2024 e a Telia descontinuou os serviços de voz fixa em 2019, substituindo-os totalmente por serviços de voz sobre redes de dados IP; e
- ✓ O principal operador de fibra britânico, Openreach, advertiu o mercado das implicações do *Brexit* na disponibilidade de recursos para continuar a instalação acelerada das redes de fibra no país, que no final de 2019 cobriam só 10% do país, apesar das 1,2 milhões de casas passadas durante esse ano.

Finalmente, no contexto nacional destacaram os seguintes desenvolvimentos:

- ✓ Portugal continuou com uma posição de liderança na cobertura das redes de fibra ótica e na penetração dos serviços nelas suportados. Aproximadamente 45% dos 400 milhões de lares dos 39 países da Europa dispunha, no final do ano, acesso a redes de fibra, sendo que esse valor em Portugal é de 85%. Em relação aos serviços, a contratação aumentou 25%, fundamentalmente como consequência da substituição de serviços suportados em redes de cobre. A Altice Portugal atingiu, pela primeira vez em Portugal, em 2019, 1 milhão de clientes servidos com fibra ótica, após dez anos do início da comercialização destes serviços;
- ✓ Em termos da qualidade dos serviços prestados em Portugal, o relatório da MedUX também destaca o país como um dos melhores da Europa em termos da velocidade (106% do valor contratual) e da baixa latência média (15 ms);
- ✓ Em sentido contrário, de acordo com um estudo da Comissão Europeia, os serviços móveis de dados em Portugal são relativamente caros, com um valor de €14,99 para um pacote de referência que custa, em média, €12,20 na Europa;
- ✓ Em relação ao mercado, os três principais operadores apresentaram em 2019 um crescimento das suas receitas, todos eles acima de 2%;
- ✓ Também todos os operadores móveis lançaram projetos piloto para a demonstração das capacidades do 5G, colocando Portugal como um dos países com maior número de provas de essa tecnologia;



- ✓ A MasMovil, operador espanhol, adquiriu a Nowo e a Oni conjuntamente com a Inveready, um dos seus acionistas. Posteriormente, a Digital Colony, um fundo de infraestruturas americano, anunciou planos para investir 500 milhões de euros em Portugal no desenvolvimento de novas redes para suportar a expansão da MasMovil. O operador está a ser extraordinariamente bem-sucedido no seu mercado original, conquistando um de cada dois novos clientes de banda larga fixa durante o último ano;
- ✓ A Dense Air, detida pelo gigante Japonês Softbank, lançou a operação de banda larga móvel em Portugal com base no espectro dos antigos serviços WiMax de FWA, para o qual anunciou um investimento de 100 milhões de euros. A Dense Air negociou com a ANACOM, regulador das comunicações português, a manutenção, até 2025, da licença atual, ficando com 100 MHz dos 168 MHz originalmente atribuídos. Esse espectro será utilizado para o reforço das coberturas 4G e 5G dos operadores móveis nas cidades (serviço de *small cells*) e para complementar as redes fixas rurais (*fiber extension*). Durante 2019 foram lançados cinco pilotos em parceria com outras tantas empresas Portuguesas para experimentar a tecnologia em todo o país;
- ✓ No domínio dos cabos submarinos, a EllaLink, sistema que deverá ligar América do Sul a Europa no final de 2020, chegou a um acordo com a EMACOM para construir uma ramificação do cabo para ligar a Madeira a Sines. Dado que essa ligação não resolve completamente as necessidades de substituição, por obsolescência, do sistema que ligue atualmente o continente aos Açores e à Madeira (*CAM Ring*), o regulador organizou e liderou um grupo de trabalho interministerial para analisar as condições de construção de um novo cabo submarino. O relatório final foi entregue ao Governo no dia 24 de dezembro de 2019;
- ✓ O Governo português, junto ao espanhol, decidiu não limitar as operações comerciais entre os fornecedores de equipamentos chineses e os operadores nacionais, facilitando a Altice o desenvolvimento da parceria assinada no início do ano com a Huawei para o lançamento do 5G;
- ✓ A MEO declinou a renovação em 2023 da licença para a transmissão da Televisão Digital Terrestre, TDT, com base no decréscimo no valor máximo dos serviços decretado pelo regulador do setor, a ANACOM;
- ✓ Em 2019 a ANACOM determinou também a configuração dos blocos de frequência 5G cujos direitos de utilização serão leiloados durante 2020. Para libertar parte de essas frequências, estabeleceu o processo de migração dos serviços TDT na banda dos 700MHz. Em relação às redes, aprovou uma nova regulação para a sua segurança e integridade. Impôs reduções drásticas, de entre 30% e 66%, nos preços máximos aplicados pela Fibroglobal para o acesso às redes rurais de banda larga no centro do país. Também aprovou uma nova redução de 10% nos preços máximos dos serviços de comunicações com as ilhas suportados em cabos submarinos. Anunciou medidas para diminuir as barreiras que os clientes enfrentam para a mudanças de operador, fixando a compensação máxima a pagar pelos utilizadores desistentes em 20% do valor remanescente dos contratos. Alocou uma gama específica de numeração para os serviços M2M de comunicação entre máquinas. E, como autoridade regulatória das comunicações espaciais, publicou a normativa de licenciamento de operações e comunicações por satélite; e
- ✓ O Governo Português decidiu acabar com o Serviço Universal nas telecomunicações, mas estendeu o contrato com a MEO para a prestação do serviço de cabines públicas de voz. E adquiriu à Motorola e à MEO o sistema

de comunicações SIRESP que suporta as comunicações de emergência no país, tão fundamentais para o combate aos incêndios.

Numa perspetiva mais operacional, destaca-se em 2019 a continuação do desenvolvimento do FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do primeiro semestre de 2019.

NUTS II	1S 2018		1S 2019		Var 1S 2019/1S 2018 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	
NORTE	743	55,0%	835	61,8%	12,4%
CENTRO	384	42,0%	461	50,4%	20,1%
A.M. LISBOA	941	80,2%	999	85,1%	6,1%
ALENTEJO	108	35,4%	132	43,2%	22,0%
ALGARVE	88	48,3%	105	57,7%	19,4%
R.A. AÇORES	46	56,0%	56	67,5%	20,5%
R.A. MADEIRA	61	65,4%	68	73,6%	12,5%
TOTAL	2.371	57,8%	2.656	64,7%	12,0%

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias), %

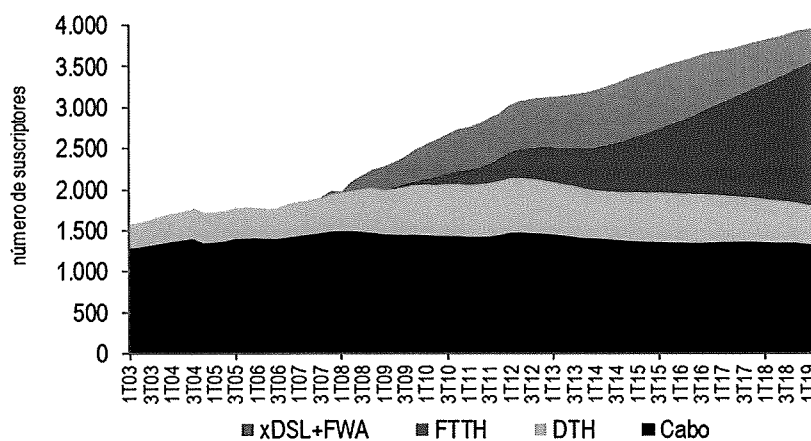
Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, este rácio tem vindo a crescer consideravelmente. Entre o primeiro semestre de 2018 (1S18) e o primeiro semestre de 2019 (1S19) verificou-se um crescimento total de 12%.

Dado o posicionamento das empresas do grupo dst telecomunicações no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados pelo organismo regulador do setor (ANACOM), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não apenas soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 1S19, 3,997 milhões, mais 132 mil assinantes que no período homólogo de (+3,4%).

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição no 1S19 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH/B), que registaram mais 298 mil assinantes no final do semestre, mais 20,2% que no final do primeiro semestre do ano anterior. Para este crescimento muito contribuiu a transferência para FTTH/B de clientes que consumiam outras tecnologias, bem como a angariação de novos clientes.

Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição por tecnologia

Fonte: IPC - ANACOM

Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 1S19 o serviço de distribuição de TV por fibra ótica (FTTH/B) tornou-se a principal forma de acesso a este serviço, com 44,4% do total de assinantes, seguida da TV por cabo que representava 33,2%, o DTH 12,0%, e o xDSL 10,4%.

No período económico em análise e tendo por base o 1S19, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 40,5%, menos 1,4 p.p. que o ano anterior. A MEO, com 39,6%, melhorou 0,7 p.p. em relação a 2018. A Vodafone teve o maior crescimento com mais 1.1 p.p. até aos 15,8% de quota. E, finalmente, a Nowo cedeu 0,4 p.p. atingindo 4,0% do mercado.

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, também houve em 2019 um crescimento significativo. Segundo dados publicados pela ANACOM, registavam-se em Portugal, no final do 1S19, cerca de 3,87 milhões de acessos fixos à Internet, mais 198 mil acessos do que no mesmo semestre do ano anterior. Dentro dos serviços de acesso fixo, os serviços de alta velocidade continuaram a crescer até os 2,7 milhões, 12% acima do valor registado no mesmo período do ano anterior.

Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa, com 48% do total dos acessos com referência ao 1S19. Surge de seguida o *modem* cabo, que representa cerca de 30,6% do total. Em terceiro lugar surge o ADSL, com uma representação de cerca de 14,0% dos acessos. Esta tecnologia registou uma perda de 131,6 mil acessos no último ano (-19,5%).

De salientar ainda as ofertas suportadas em LTE em local fixo, que representam cerca de 7,2% do total de acessos, com um valor absoluto de 277 mil serviços, número praticamente idêntico ao do ano anterior.

Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	1S2018	1S2019	Δ %
Total de acessos, dos quais:	3.670	3.868	5,4%
Acessos FTTH/B	1.541	1.863	20,9%
% do Total de banda larga fixa	42,0%	48,2%	
Acessos modem cabo	1.171	1.184	1,2%
% do Total de banda larga fixa	31,9%	30,6%	
Acessos ADSL	673	542	-19,5%
% do Total de banda larga fixa	18,3%	14,0%	
Acessos LTE em local fixo	283	277	-2,2%
% do Total de banda larga fixa	7,7%	7,2%	

Unidade: Milhares de acessos, %

Fonte: ANACOM

As quotas de mercado detidas por cada um dos operadores, podem-se analisar no quadro a seguir.

Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	1S2018	1S2019
MEO	39,8	40,2
Grupo NOS	37,0	36,0
NOS Comunicações	34,7	34,7
NOS Madeira	1,6	1,6
NOS Açores	0,8	0,8
Vodafone	18,9	19,7
Grupo Apax	4,1	3,8
NOWO	4,0	3,7
Onitelecom	0,1	0,1
Outros prestadores	0,2	0,3

Unidade: %

Fonte: ANACOM

A MEO reafirmou a sua liderança do mercado, com 40,2%, apesar de que foi a Vodafone quem conseguiu o maior crescimento, com mais 0,8 p.p. O crescimento de ambas empresas foi conseguido à custa da NOS e da Nowo, que cederam 1 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente.

No que respeita à voz fixa, as redes de nova geração foram responsáveis pelo crescimento do número de acessos telefónicos principais, que atingiu quase 5,1 milhões (+1,5%) relativamente ao semestre homólogo. Embora o tráfego telefónico continue a descer como consequência da disponibilidade gratuita de novas tecnologias e aplicações, o número de acessos fixos continuou a aumentar, embora a um ritmo inferior ao do ano anterior, como consequência da inclusão deste serviço nos pacotes 2P, 3P, 4P e 5P que os operadores disponibilizam aos seus clientes. Assim, o crescimento verificado (+76 mil acessos equivalentes) deveu-se sobretudo ao aumento dos acessos VoIP/VoB (+356 mil acessos), nos quais se incluem os acessos suportados em redes de fibra ótica e TV por cabo, conforme se poderá verificar no quadro seguinte.

Número de acessos de telefone fixo

	1S2018		1S2019		Var. homóloga (%)
	Nº	%	Nº	%	
Acessos Principais Totais	4.996	100,0	5.071	100,0	1,50
Acessos Analógicos	1.293	25,9	1.043	20,6	-16,90
(dos quais) Postos públicos	19	0,4	18	0,4	-5,50
Acessos RDIS e Diginet	317	6,4	274	5,4	-13,80
Básicos	131	2,6	103	2,0	-21,10
Primários	181	3,6	164	3,2	-9,20
Fracionados	1	0,0	1	0,0	-20,00
Outros acessos digitais	5	0,1	5	0,1	15,20
GSM/UMTS/LTE	501	10,0	477	9,4	-4,90
VoIP/VoB	2.922	58,5	3.278	64,6	12,20

Unidade: Milhares de acessos equivalentes, %

Fonte: ANACOM

Por último, em relação à atividade regulatória prevista para 2020, o ano ficará marcado pelo leilão dos Direitos de Utilização de Frequências (DUF) nas bandas do 5G, que deverá acontecer a meados do ano. Durante o ano de 2019 a ANACOM preparou o Plano Plurianual de Atividades que desenvolve os três objetivos estratégicos do regulador para o período 2020-2022:

- Contribuir para que todo o País obtenha o máximo benefício em termos de escolha, preço, qualidade e segurança dos serviços postais e de comunicações eletrónicas, através de uma regulação ativa e exigente que promova o investimento eficiente, facilite a partilha de infraestruturas e assegure uma concorrência leal e dinâmica;
- Assegurar uma proteção máxima dos direitos dos utilizadores das comunicações, em todo o território e, em especial, junto das populações mais vulneráveis, através da promoção de um enquadramento regulatório que dê prioridade à informação e transparência e que desincentive e sancione más práticas; e

- Fortalecer e responsabilizar a regulação em Portugal, através do respeito integral pela sua autonomia, isenção e independência e da exigência de um cumprimento rigoroso da sua missão, nomeadamente através da partilha de informação e conhecimento e da promoção da eficiência e da economia de meios e recursos indispensáveis à assunção plena das suas responsabilidades.

2. Atividade da entidade

A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M., doravante designada por “Minhocom”, ou “entidade”, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de “Equal Access Networks”, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

À semelhança dos períodos anteriores, a sua atividade ao longo de 2019, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A manutenção dos resultados positivos da entidade no período deve-se à contínua cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2019.



A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela Minhocom, assume a configuração nos municípios constante na imagem.



2.1. Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos, bem como a renegociação de contratos de manutenção preventiva e corretiva da rede.



2.2. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a Minhocom um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

2.3. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais.

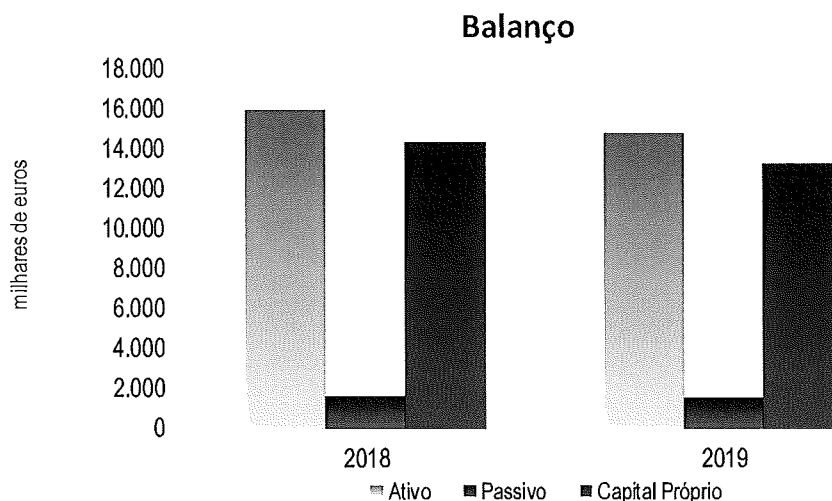
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.4. Análise económico-financeira

À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2019, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis e os saldos a receber de Clientes. No lado do Passivo, ressaltam as rubricas Outras dívidas a pagar, que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010. O normal funcionamento da atividade da entidade implica um investimento permanente na manutenção dos seus ativos fixos tangíveis.



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000€ e na rubrica Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 11,4M€. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 4,3M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 90%.

A contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais bastante positivos em 2019. O EBITDA da entidade cifrou-se em 424m€, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

O volume de negócios superou os 582m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 44m€.

A Minhocom, em 2019, manteve uma excelente performance da sua atividade operacional, apesar da quebra comparativamente ao período de 2018, facto que se reflete positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2017	2018	2019
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	281.392	570.030	453.159
EBITDA*	258.240	540.394	424.014
EBITDA %	68,35%	76,69%	72,81%
Cash-Flow*	257.813	530.549	419.875
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	89,90%	90,02%	89,65%
Liquidez Geral	57,98%	110,09%	80,93%
Solvabilidade Total	890,49%	902,46%	866,41%

*Valores em euros

Salienta-se que, não só a Minhocom obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,65%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2019, a entidade gerou *cash flows* superiores 419,9m€, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

4. Perspetivas futuras


No decorrer do período de 2020 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da Minhocom, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

 12.
M: -
Sant

5. Ações próprias

No decurso do período de 2019 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2019, a sociedade não detinha ações próprias.



6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2019 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2019, positivo no valor de 44.222,25€ (quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e dois euros e vinte e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	2.211,11€
Resultados Transitados.....	42.011,14€

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas.

O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 17 de fevereiro de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Sara da Silva Teixeira

Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*

Mécia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*

João Manuel Amarel Esteves; *Vogal*

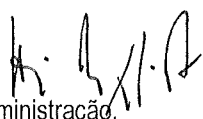
Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

12

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

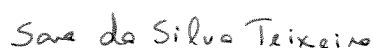
Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2019, e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade.

Valença, 17 de fevereiro de 2020



O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Sara da Silva Teixeira

Vogal: Mécia Sofia Alves Correia Martins

Vogal: João Manuel Amaral Esteves

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: António José Fernandes Barbosa

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

12.

D) Demonstrações Financeiras Individuais

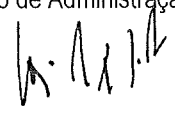
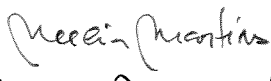
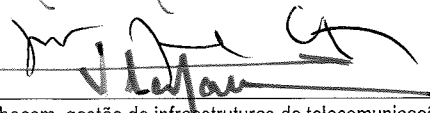
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	14.390.266,55	14.995.423,57
		14.390.266,55	14.995.423,57
Ativo corrente			
Clientes	7	278.407,59	376.412,94
Estado e outros entes públicos	9	5.776,64	399,05
Outros créditos a receber	8	8.214,66	8.659,07
Diferimentos	10	4.159,57	2.316,43
Caixa e depósitos bancários	4	46.405,36	19.026,64
		342.963,82	406.814,13
Total do ativo		14.733.230,37	15.402.237,70
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	11.418.597,46	11.938.597,46
Reservas legais	13	11.296,83	5.645,74
Resultados transitados	14	(2.687.643,73)	(2.795.014,47)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	4.322.228,47	4.503.536,59
Resultado líquido do período		44.222,25	113.021,83
Total do capital próprio		13.208.701,28	13.865.787,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	16	1.100.750,93	1.166.905,40
		1.100.750,93	1.166.905,40
Passivo corrente			
Fornecedores	15	62.898,03	21.530,27
Estado e outros entes públicos	9	12.424,10	17.726,09
Outras dívidas a pagar	16	57.551,03	39.259,12
Diferimentos	10	290.905,00	291.029,67
		423.778,16	369.545,15
Total do passivo		1.524.529,09	1.536.450,55
Total do capital próprio e do passivo		14.733.230,37	15.402.237,70

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,


 Sara da Silva Teixeira

 Maria Montês

 V. Lopes

A Contabilista Certificada n.º 55854,



12

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	582.358,91	704.638,21
Fornecimentos e serviços externos	19	(155.397,51)	(157.367,39)
Gastos com o pessoal	20	(30.387,22)	(26.767,73)
Outros rendimentos	21	30.092,55	27.710,50
Outros gastos	22	(2.652,38)	(7.819,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		424.014,35	540.393,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 18	(375.653,06)	(417.526,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48.361,29	122.866,91
Juros e gastos similares suportados	23	-	(25,75)
Resultado antes de impostos		48.361,29	122.841,16
Imposto sobre o rendimento do período	24	(4.139,04)	(9.819,33)
Resultado líquido do período		44.222,25	113.021,83
Resultado por ação básico		2,21	5,65

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz

Luís A. Teixeira
Luís A. Teixeira

Susana Queiroz

[Handwritten signature]

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2019

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2019		100.000,00	11.938.597,46	5.645,74	(2.795.014,47)	4.503.536,59	113.021,83	13.865.787,15
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2018				5.651,09	107.370,74		(113.021,83)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:	18					(229.503,96)		(229.503,96)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período						48.195,84		48.195,84
Ajustamentos por impostos diferidos				5.651,09	107.370,74	(181.308,12)	(113.021,83)	(181.308,12)
Resultado líquido do período							44.222,25	44.222,25
Resultado integral							44.222,25	44.222,25
Operações com detentores de capital no período			(520.000,00)					(520.000,00)
Prestações acessórias			(520.000,00)					(520.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2019		100.000,00	11.418.597,46	11.296,83	(2.687.643,73)	4.322.228,47	44.222,25	13.208.701,28

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

José António
Sara da Silva Teixeira
Maria Mantinho
Dr. João
Alfonso

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Sara Queiroz

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2018

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018		100.000,00	12.288.597,46	5.577,48	(2.796.311,45)	4.706.123,53	1.365,24	14.305.352,26
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2017				68,26	1.296,98		(1.365,24)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:	18					(256.439,17)		(256.439,17)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período						53.852,23		53.852,23
Ajustamentos por impostos diferidos				68,26	1.296,98	(202.586,94)	(1.365,24)	(202.586,94)
Resultado líquido do período							113.021,83	113.021,83
Resultado integral							113.021,83	113.021,83
Operações com detentores de capital no período			(350.000,00)					(350.000,00)
Prestações acessórias			(350.000,00)					(350.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2018		100.000,00	11.938.597,46	5.645,74	(2.795.014,47)	4.503.536,59	113.021,83	13.865.787,15

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

Dr. Nilda
Sara da Silva Teixeira
Presidente

Dr. João

A Contabilista Certificada n.º 55854

Susana Queiroz

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

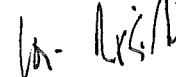
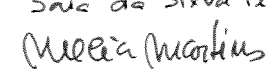

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		709.809,78	555.606,84
Pagamentos a fornecedores		(124.469,57)	(179.780,18)
Pagamentos ao pessoal		(28.994,78)	(26.550,77)
Caixa gerada pelas operações		556.345,43	349.275,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.966,71)	4.426,02
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		547.378,72	353.701,91
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(671,21)
		-	(671,21)
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		-	(671,21)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Restituição de prestações acessórias		(520.000,00)	(350.000,00)
		(520.000,00)	(350.000,00)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(520.000,00)	(350.000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)			
		27.378,72	3.030,70
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	19.026,64	15.995,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	46.405,36	19.026,64

Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,


 Sara da Silva Teixeira

 Maria Martins

 V. Lopes

A Contabilista Certificada n.º 55854,


 Susana Queiroz

bi: D.
sarat
K
89

Anexo em 31 de dezembro de 2019

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma média empresa, pelo que mantém a aplicação das NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Regime de acréscimo (periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos", "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações

financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos

resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de

forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

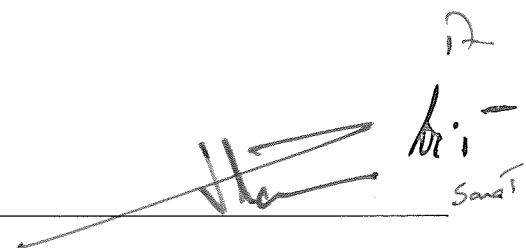
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.



Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. R dito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito   reconhecido nos serviços prestados na demonstra o dos resultados quando prestados, tendo em conta a propor o entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não   reconhecido quando   decorrente de situa es de incerteza face   aceita o ou cobrança da presta o de serviços.

Caso se verifiquem situa es em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença   reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstra o dos resultados   medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa presta o, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

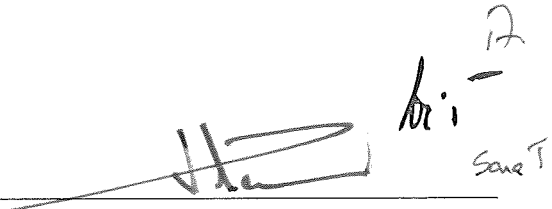
Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condi es exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras varia es no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), sendo imputadas na demonstra o dos resultados na propor o das deprecia es dos bens subsidiados, na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento. No passivo, na rubrica "Outras d vidas a pagar" (conta 28 – "Rendimentos a reconhecer"), reconhece-se a parte correspondente a subsídios   explora o (subsídios relacionados com rendimentos).

Na Demonstra o dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das deprecia es e amortiza es   apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

3.2.8. Imparidade de ativos

  data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou altera o nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável,   efetuada uma avalia o de imparidade dos ativos.


Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2016 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias

relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	381,41	381,41
Depósitos bancários	46.023,95	18.645,23
Total de caixa e depósitos bancários	46.405,36	19.026,64

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Têm participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
dstelecom, s.a.	48%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2019	31.12.2018
Empresas associadas		
dstelecom, s.a.	91.318,77	107.131,01
derivadas e segmentos, s.a.	-	2.949,50
dstelecom, norte, s.a.	83.436,56	171.719,08
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	3.602,23	10.435,09
blu, s.a.	(90,80)	(922,50)
v partner, s.a.	-	-
	<u>178.266,76</u>	<u>291.312,18</u>

Durante o período de 2019, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2019		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	223.677,36	(73.206,24)	-
blu, s.a.	7.440,56	(8.977,56)	-
dstelecom, norte, s.a.	105.066,60	-	21.816,70
derivadas e segmentos, s.a.	2.397,97	-	-
	<u>338.582,49</u>	<u>(82.183,80)</u>	<u>21.816,70</u>

Durante o período de 2018, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2018		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	223.677,36	(81.977,60)	-
blu, s.a.	-	(8.977,56)	-
dstelecom, norte, s.a.	105.066,62	-	21.816,70
derivadas e segmentos, s.a.	(1.998,30)	-	-
	<u>326.745,68</u>	<u>(90.955,16)</u>	<u>21.816,70</u>

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	2019	2018
Órgãos Sociais	19.046,36	17.671,49
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	21.998,36	20.623,49

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2019, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	5.220.900,57	1.854.479,42	10.700,51	7.086.080,50
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	14.989.703,08	5.720,49	-	14.995.423,57
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(603.696,47)	(1.460,55)	-	(605.157,02)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	603.696,47	1.460,55	-	605.157,02
Depreciações	603.696,47	1.460,55	-	605.157,02
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	14.386.006,61	4.259,94	-	14.390.266,55

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2018, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	4.617.204,18	1.784.209,75	10.700,51	6.412.114,44
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	15.593.399,47	75.990,16	-	15.669.389,63
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(603.696,39)	(70.269,67)	-	(673.966,06)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	603.696,39	70.269,67	-	673.966,06
Depreciações	603.696,39	70.269,67	-	673.966,06
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	14.989.703,08	5.720,49	-	14.995.423,57

Nos períodos de 2019 e de 2018, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019			2018		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(605.157,02)	229.503,96	(375.653,06)	(673.966,06)	256.439,17	(417.526,89)
	(605.157,02)	229.503,96	(375.653,06)	(673.966,06)	256.439,17	(417.526,89)

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Clientes c/c	278.407,59	376.412,94
Clientes de cobrança duvidosa	17.642,35	17.642,35
	<u>296.049,94</u>	<u>394.055,29</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(17.642,35)	(17.642,35)
	<u>278.407,59</u>	<u>376.412,94</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Reclamadas judicialmente	17.642,35	17.642,35
	<u>17.642,35</u>	<u>17.642,35</u>

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	6.355,73	6.383,29
	<u>6.355,73</u>	<u>6.383,29</u>
Adiantamentos a fornecedores	412,50	681,98
Outros devedores	1.446,43	1.593,80
	<u>8.214,66</u>	<u>8.659,07</u>
	<u>8.214,66</u>	<u>8.659,07</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Ativo		
Imposto sobre rendimento	5.776,64	399,05
	<u>5.776,64</u>	<u>399,05</u>
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimento	343,25	344,81
Imposto sobre o valor acrescentado	11.261,62	16.571,10
Contribuições para a Segurança Social	819,23	810,18
	<u>12.424,10</u>	<u>17.726,09</u>

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Gastos a reconhecer		
Gastos já faturados que respeitam a períodos futuros	2.731,38	2.084,00
Seguros	232,43	232,43
	<u>4.159,57</u>	<u>2.316,43</u>
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	290.905,00	291.029,67
	<u>290.905,00</u>	<u>291.029,67</u>

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo sócio privado no valor de 11.418.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

De acordo com a deliberação de Assembleia Geral de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, e desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações no montante de 520.000 euros.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Reservas legais	11.296,83	5.645,74
	<u>11.296,83</u>	<u>5.645,74</u>

14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Resultados transitados	(2.687.643,73)	(2.795.014,47)
	<u>(2.687.643,73)</u>	<u>(2.795.014,47)</u>

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores c/c	62.898,03	21.530,27
	62.898,03	21.530,27

16. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	1.100.750,93	1.166.905,40
	1.100.750,93	1.166.905,40
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	993,56	967,05
Remunerações a pagar	4.204,69	2.846,25
Fornecimentos e serviços externos	4.156,95	4.458,62
	8.361,64	7.304,87
Ajustamentos em subsídios ao investimento	48.195,83	30.237,20
Outros	-	750,00
	57.551,03	39.259,12

17. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2019 e de 2018, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019		2018	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	582.358,91	582.358,91	704.638,21	704.638,21
	582.358,91	582.358,91	704.638,21	704.638,21

Handwritten notes and signatures:
Handwritten signature: *[Signature]*
Handwritten text: *bi - 12*
Handwritten text: *save*
Handwritten signature: *[Signature]*
Handwritten text: *SO*

18. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2019, o valor reconhecido, foi de 229.503,96€.

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Subcontratos	9.841,47	10.098,66
Eletricidade	49.304,39	42.636,82
Água e outros fluidos	-	52,70
Material escritório	180,00	41,25
Rendas e alugueres	74.016,24	82.787,60
Comunicação	90,00	-
Seguros	3.820,21	2.574,20
Honorários	-	25,50
Contencioso e notariado	75,00	1.521,77
Conservação e reparação	175,62	2.057,04
Trabalhos especializados	15.584,58	15.030,00
Licenças de software	2.310,00	410,00
Outros FSE	-	131,85
	155.397,51	157.367,39

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2019	2018
Administradores	5	5
Empregados	-	-
	<u>5</u>	<u>5</u>

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	19.046,36	17.671,49
Remunerações do pessoal	6.479,28	4.714,20
Encargos sobre remunerações	4.241,43	3.916,19
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	478,58	359,79
Gastos de ação social	141,57	106,06
	<u>30.387,22</u>	<u>26.767,73</u>

21. Outros rendimentos

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Rendimentos suplementares	28.777,38	27.710,49
Excesso de estimativa para impostos	549,92	-
Outros rendimentos	765,25	0,01
	<u>30.092,55</u>	<u>27.710,50</u>

22. Outros gastos

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Impostos e taxas	2.580,00	4.951,63
Serviços bancários	72,38	35,14
Outros gastos	-	2.833,02
	<u>2.652,38</u>	<u>7.819,79</u>

23. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Juros de mora e compensatórios	-	25,75
	-	<u>25,75</u>

24. Imposto do período

Nos períodos de 2019 e de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018
Imposto Corrente IRC do ano	4.139,04	9.819,33
	<u>4.139,04</u>	<u>9.819,33</u>

25. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2019) e a data de autorização para a sua emissão (17 de fevereiro de 2020), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

hi-
D
fe

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 17 de fevereiro de 2020. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 17 de fevereiro de 2020.

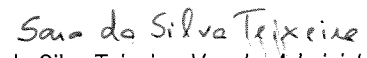
Valença, 17 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,


José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

A Contabilista Certificada n.º 55854,


Susana Maria Macedo Queirós


Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*


Mécia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*


João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*


Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas

jmm_{sroc.}

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 14.733.230,37 e um total de capital próprio de 13.208.701,28 euros, incluindo um resultado líquido do período de 44.222,25 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUILARDES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUILARDES, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CRR n.º 20181459
NIPC 503 051 943 | Capital Social 5 600 euros
Membro da ABC R.A. Associados - SROC, ACE
www.jmm-sroc.pt

Escritórios
Pólo da Habitação de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-276 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-062 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 631 F(+351) 253 213 769

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

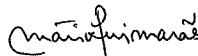
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e não identificámos incorreções materiais.

Braga, 24 de fevereiro de 2020.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único

jmm_{sroc.}

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Aclonistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Em cumprimento do disposto da alínea k), do ponto 6, do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), também emitimos a Certificação Legal das Contas em 24 de fevereiro de 2020, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2019, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão; e
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 24 de fevereiro de 2020.

O FISCAL ÚNICO,

Manuel Guimarães

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 643 | Capital Social 6.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE

Escritórios
Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-215 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 621

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759